



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ANTÔNIA FLAIANA CABRAL DA SILVA LIMA

**A EJA E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR:
Demandas históricas e políticas para a consolidação de uma educação pautada para a
cidadania**

REDENÇÃO – CE
2018



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ANTÔNIA FLAIANA CABRAL DA SILVA LIMA

**A EJA E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR:
Demandas históricas e políticas para a consolidação de uma educação pautada para a
cidadania**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNILAB, como requisito final para obtenção do Título de licenciada em Pedagogia.

**ORIENTADOR: PROF. Dr. LUIS EDUARDO
TORRES BEDOYA**

**REDENÇÃO – CE
2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Antonia Flaiana Cabral da Silva.

L696e

A EJA e os princípios da Educação Popular: Demandas históricas e políticas para a consolidação de uma educação pautada para a cidadania / Antonia Flaiana Cabral da Silva Lima. - Redenção, 2018. 55f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto De Humanidades E Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Luis Eduardo Torres Bedoya.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Desigualdade. 3. Movimento negro. 4. Educação popular. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 372.2

ANTÔNIA FLAIANA CABRAL DA SILVA LIMA

**A EJA E OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR:
Demandas históricas e políticas para a consolidação de uma educação pautada para a
cidadania**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Licenciatura Plena em
Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 28 / 05 / 2018

Nota: 9,5

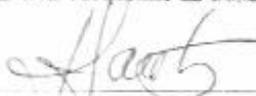
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Luis Eduardo Torres Bedoya (orientador)



Profa. Dra. Jacqueline da Costa Silva



Profa. Dra. Eliane Costa Santos

Dedico este trabalho aos alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos que tive a oportunidade de conhecer durante meu estágio em EJA e a minha família sendo eles os grandes motivadores do meu sucesso.

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu sabedoria, conhecimento, força e determinação para continuar quando por diversas vezes pensei em desistir.

A minha mãe que não mediu esforços para me ajudar nessa caminhada saindo diversas vezes do conforto do seu lar para cuidar dos meus filhos.

Ao meu esposo e filhos pela compreensão das horas retiradas do convívio familiar para me dedicar à pesquisa e escrita dessa monografia acreditando sempre no meu sucesso.

Às minhas queridas e querido colegas da primeira turma do Curso de Pedagogia quero deixar minha eterna gratidão pelos momentos compartilhados de conhecimento e companheirismo durante todo o tempo que estivemos juntos, uma segunda família que guardarei para sempre em meu coração.

Aos docentes e às docentes dessa jornada quero deixar meu muito obrigado pela contribuição sólida, crítica e reflexiva que contribuiu para minha formação acadêmica, profissional e, também, pessoal. Alguns (as) além de docentes tornaram-se amigos (as) que guardarei com alegria no meu coração e serão meus exemplos de representatividade do fazer docente.

Meu muito obrigado também, ao meu orientador e Professor Dr. Luis Eduardo Torres Bedoya (Lucho) pelo incentivo e confiança na minha pesquisa, pois quando achei por diversas vezes que não conseguiria sempre esteve ao meu lado me incentivando e dando os direcionamentos necessários durante a pesquisa e escrita deste trabalho.

Minha eterna gratidão aos (às) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos que a partir de suas experiências de vida e lutas cotidianas, compartilhadas em sala de aula, me incentivaram e me levaram ao tema desta a pesquisa.

No todo, quero deixar meu muito obrigado a aqueles(as) que contribuíram de modo direto e indireto para minha graduação, pois se concluí foi porque tive motivos e incentivos para ir em frente nessa jornada.

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra”

PAULO FREIRE

LISTA DE SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MCP	Movimento Cultural de Recife
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNE	Plano Nacional de Educação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

RESUMO

O presente trabalho visa dar ênfase as contribuições da Educação Popular na constituição da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que mediante a constatação da desigualdade social contribuiu de modo direto para o analfabetismo no Brasil levando a negação do direito à educação aos considerados subalternos da sociedade. Com os avanços do corpo social, houve a necessidade de alfabetizá-los, fazendo emergir políticas públicas para atender o objetivo, que, tardiamente, conduziu estes indivíduos ao espaço formal da Educação de Jovens e Adultos, conquistado pela luta dos movimentos sociais. Uma Educação formal que ao longo da sua história sofreu rupturas, descontinuidade e o mascaramento de seu projeto educacional, e que afeta, até hoje, as práticas pedagógicas devido a proposta de ensino inadequada aos sujeitos desse espaço os impedidos de se enxergarem como sujeitos sociais e como consequência a não garantia de sua plena cidadania. A pesquisa, portanto, foi desenvolvida pelo método qualitativo com análises bibliográfica e exploratória, e pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com alunos da EJA. Conclui-se que, fazendo relação entre a teoria e a realidade, os princípios da Educação Popular têm muito a cooperar para as práticas pedagógicas no EJA, uma vez que dialoga com a realidade de seus indivíduos em diversos aspectos, por mais que haja desafios para sua efetivação – que são possíveis de serem passados.

PALAVRAS CHAVES: Educação Popular; Desigualdade; Movimento Negro; EJA

ABSTRACT

The present work aims to emphasize the contributions of Popular Education in the constitution of Youth and Adult Education (EJA), which, through the verification of social inequality, contributed directly to illiteracy in Brazil, leading to denial of the right to education to the considered subordinates of society . With the advancement of the social body, there was a need to literate them, and public policies emerged to meet the objective, which later led these individuals to the formal space of Youth and Adult Education, won by the struggle of social movements. A formal education that throughout its history suffered ruptures, discontinuity and the masking of its educational project, and that affects, until today, the pedagogical practices due to the proposal of inadequate teaching to the subjects of this space the ones prevented from seeing themselves as social subjects and as a consequence of not guaranteeing their full citizenship. The research, therefore, was developed by the qualitative method with bibliographic and exploratory analysis, and field research through semi-structured interviews with EJA students. It is concluded that, in a relation between theory and reality, the principles of Popular Education have much to cooperate for the pedagogical practices in the EJA, since it dialogues with the reality of its individuals in several aspects, even though there are challenges for its effectiveness - that are possible to be passed.

KEY WORDS: Popular Education; Inequality; Black Movement; EJA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA EJA	16
1.1 Marco legal	16
1.2 Trajetória histórica e política	18
2 SITUAÇÃO ATUAL DA EJA	22
2.1 Limitações, desafios e possibilidades	22
2.2 Sujeitos da EJA: condicionamentos e expectativas de vida	24
3 EDUCAÇÃO POPULAR: PROTAGONISMO EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	28
3.1 Os princípios educacionais e pedagógicos da Educação Popular	28
3.2 Protagonismo e pioneirismo do Movimento Negro	32
3.3 Contribuições de Paulo Freire nas práticas de alfabetização de adultos	34
4 DESAFIO DE RESGATAR PARA A EJA OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS	43
Anexo 1 – Perguntas Entrevista Semiestruturada	43
Anexo 2 – Transcrição da Entrevista 1	44
Anexo 3 – Transcrição da Entrevista 2	48
Anexo 4 – Transcrição da Entrevista 3	52

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA ao decorrer de seu percurso histórico e de afirmação no cenário educacional brasileiro, foi marcada pela exclusão e negação do direito à educação pelo Estado devido a questões sociais, de gênero, de raça e de cultura. Com isso, milhões de indivíduos se viram impedidos de estudar e, conseqüentemente, foram conduzidos aos índices de analfabetismo, que os afeta em diversos aspectos de suas vidas.

A problemática da Educação, sob o viés da desigualdade social e a experiência da exclusão desses sujeitos na sociedade, levou a criação de movimentos sociais para lutar pelo direito à educação para todos (as). Tal garantia foi reconhecida e garantida na constituição de 1988, tendo como pano de fundo a história da educação de jovens e adultos.

O marco legal que ampara a EJA foi se constituindo no país em referência às políticas públicas de interesses político e particular, o que ocasionou diversas rupturas com as demandas dos movimentos sociais que promoviam uma política educacional dentro dos princípios da Educação Popular. Os movimentos exigiam não somente o cumprimento do direito à educação para todos (as), mas ainda, uma educação voltada para jovens e adultos, que possibilitasse a alfabetização, cujo resultado fosse além do ler e escrever funcional, que garantisse aos sujeitos sua participação nos processos de emancipação e transformação social.

O movimento negro foi o pioneiro na luta pela inclusão do povo negro na educação formal, que proporcionaria uma mudança de cunho pessoal, comunitária e social para o combate à desigualdade social. Além disso, também foi precursor no desenvolvimento de práticas educacionais e pedagógicas para a educação de jovens e adultos. Posteriormente, Paulo Freire contribui na sistematização de uma prática educacional institucional de alfabetização de perspectiva conscientizadora e problematizadora, que partia da realidade de cada indivíduo e levava as pessoas a se enxergarem como sujeitos sociais relevantes para o processo de transformação social.

Os reflexos da desigualdade social estrutural e as propostas de conveniência do Estado para a alfabetização e educação de jovens e adultos acabou influenciando a descaracterização de identidade dessa modalidade de ensino nas práticas pedagógicas docentes, de forma que nega a sua singularidade e não consideram a realidade dos (as) educandos (as) e a efetivação de sua plena cidadania. Este é um ponto que ainda deve e pode ser conquistado, por meio do desenvolvimento de novas práticas por educadores(as) que passem a dar importância para o conhecimento e experiências que cada educando(a) traz de sua história de vida.

Traçando um linear entre a educação e os aspectos sociais implicados na EJA, levanto a seguinte questão: é possível, dentro do espaço formal em que transcorre a Educação de Jovens a Adultos, em suas propostas e práticas pedagógicas, um diálogo com a Educação Popular? Se provável: qual o caminho para torná-lo efetivo? Se inviável, quais as maiores dificuldades a serem superadas? É com este questionamento que chego ao tema deste trabalho: A EJA e os princípios da Educação Popular: demandas históricas e políticas para a consolidação de uma educação pautada para a cidadania.

O interesse em pesquisar este tema surgiu a partir de dois momentos: o primeiro foi através da leitura bibliográfica da disciplina de Ensino em EJA, do curso de Pedagogia, cujo conteúdo percebi em contraponto com a realidade vivenciada a partir da prática de observação do Estágio supervisionado realizada numa escola municipal da cidade de Acarape no turno da noite; o segundo momento de inquietação partiu da experiência desse estágio. Na ocasião, pude confrontar como os(as) alunos(as) de EJA – com idades diferentes, trabalhadores(as), moradores(as) de uma comunidade de periferia – em meio a tantas dificuldades, como a luta pela sobrevivência, tinham o desejo em aprender a ler e escrever. Ali, notava-se que eles(as) não estavam a refletir o porquê de todos os obstáculos, mas limitavam-se a compreensão da alfabetização do tipo de ler e escrever funcional.

Percebi, assim, que desde o tempo que minha mãe foi alfabetizada na EJA praticamente nada mudou. Eu mesma a acompanhava todas as noites, embora sem ter clara compreensão de quem eram seus colegas e o poder que tinha a Educação em suas vidas, e se os conteúdos de sala e as práticas pedagógicas poderiam levá-los a esse entendimento. Bem, quanto a minha mãe, que teve os mesmos contextos de dificuldades para estudar e teve que trabalhar para ajudar em casa, aprendeu somente o que lhe foi necessário: o ler e o escrever funcional.

A relevância desta pesquisa está em abrir caminhos de possibilidades tanto para o fazer docente como para o aprendizado discente. Para o(a) educador(a), a pesquisa lhe oferece perspectivas pedagógicas de uma educação não formal – ausente na maioria das vezes no currículo de formação – que podem contribuir de modo efetivo para a EJA. Para os(as) educandos(as), permite considerar que o ensinado em sala de aula não lhes garanta apenas um certificado de conclusão de ensino, mas que os tornem capazes de argumentar, criticar e revolucionar suas vidas em seus direitos de cidadania.

Portanto, este trabalho tem como objetivo mostrar de que modo os princípios da Educação Popular podem contribuir com a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva de transformar a vida dos sujeitos deste espaço e garantir o pleno exercício da sua cidadania.

Para tanto, é preciso, primeiramente, compreender os percursos histórico-sociais e a fundamentação legal da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, atentando para a problemática da desigualdade social; em seguida, conhecer quem são os sujeitos da EJA, a partir do perfil e das falas dos(as) entrevistados(as) nesta pesquisa; posteriormente, apresentar as propostas e contribuições educacionais e pedagógicas dos movimentos negros e de Paulo Freire para a Educação Popular; e, por fim, identificar os desafios enfrentados pela EJA na contemporaneidade e avaliar a importância da Educação Popular para os seus sujeitos.

Uma tarefa difícil, desafiadora e ao mesmo tempo ousada, pois a apresenta, duas propostas educacionais diferentes: uma, enquanto política de Estado, com um currículo direcionado, objetivos educacionais muito bem definidos e dentro do espaço formal; a outra, surgida de práticas de educação das classes populares organizadas, com força de luta política e conscientização da população. Ao final do trabalho, pretendo, além de apresentar resposta à pergunta norteadora, proporcionar ao leitor(a) reflexões que venham contribuir para pesquisas posteriores.

A pesquisa, de método qualitativa, foi desenvolvida por meio de consulta bibliográfica, exploratória, argumentativa e pesquisa de campo com entrevista semiestrutura. As entrevistas foram realizadas com três alunos(as) da EJA, com faixa etária entre 40 e 50 anos de idade na mesma escola na qual realizei as observações do Estágio Supervisionado, no município de Acarape, Estado do Ceará. Cabe ressaltar que durante este último processo com os(as) alunos(as), a tarefa fora mais desafiadora, pois, mesmo já me conhecendo, eles(as) se sentiram intimidados diante minha presença, uma vez que enquanto pesquisadora a todo o momento tive que instigá-los(as) a falar.

Assim sendo, este trabalho está dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo foi feita uma abordagem sobre a fundamentação da EJA no contexto educacional brasileiro e dividido em dois tópicos: o marco legal e a trajetória histórica e política, para que assim possa ser compreendido como se efetivou a educação voltada para jovens e adultos dentro do espaço institucionalizado da escola, bem como as diversas mudanças ocorridas nessa modalidade de ensino enquanto políticas públicas. A abordagem desse capítulo será a partir de Agliardi (2012), Pierro e Joia (2001), Porcaro (2017), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1, 2000).

O segundo capítulo trata da situação atual da EJA, apresentando os desafios que se colocam na atualidade como reflexo do processo histórico, a discussão sobre as possibilidades de se desenvolver uma educação a partir dos princípios da Educação Popular, e os condicionamentos e expectativas de vida dos sujeitos da pesquisa. A abordagem teórica foi

orientada pelos autores Pierro (2001) e Brandão (1981), o qual buscou-se, ainda, fazer um diálogo com as minhas vivências e observações de estágio e da pesquisa de campo.

O terceiro capítulo, por fim, aborda a Educação Popular em seus aspectos conceituais e na contribuição prática do movimento negro e de Paulo Freire com suas práticas de educação e alfabetização de adultos, tendo como referência Gonçalves e Silva (2000), Freire (2014), Medeiros (2005), Serra e Moura (2017), Brandão (1981), Schonardie (2015) e Secretaria Geral da Presidência da República (2014).

Logo em seguida, acompanham o trabalho as considerações e os anexos das entrevistas realizadas.

1 FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA EJA

Dou início a este capítulo fazendo a seguinte pergunta: existe alguém no maciço de Baturité que nunca ouviu falar de EJA? É difícil de encontrar, pois mesmo com diversas nomenclaturas, a alfabetização de Jovens e Adultos, de algum modo, esteve presente na sua vida, na vida de um familiar ou de um(a) amigo(a) próximo(a). A EJA tem uma história de conceitos, objetivos e perspectivas educacionais que foram mudando no decorrer do tempo e que precisamos conhecer melhor.

Para compreendermos esse percurso histórico, neste capítulo serão apresentados o marco legal sobre a EJA e a trajetória das políticas públicas para que tenhamos uma clara compreensão como se deu a construção desse direito e seus diferentes objetivos educacionais.

1.1 Marco Legal

Historicamente falando, a educação escolar surgiu a partir da instrução primária, que atendia classes privilegiadas da sociedade. Logo em seu início, nota-se a exclusão e, logo, a negação ao acesso das demais classes da sociedade – que eram a maioria –, fortalecendo, assim, a desigualdade social.

Essa exclusão e negação teve início ainda no Brasil Império com a constituição imperial de 1824, que é quando surge a instrução primária e permitia o acesso apenas as pessoas livres e da elite imperial, como apresentado nas Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos:

A constituição imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. (Art. 179, 32). Contudo a titularidade de cidadania era restrita aos livres e aos libertos. Num país pouco povoado, agrícola, esparso e escravocrata a educação escolar não era uma prioridade política e nem objeto de expansão sistemática. Se isto valia para a educação escolar das crianças, quanto mais para adolescentes, jovens e adultos. A educação escolar era apanágio de destinatários saído das elites que podiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. Para escravos, indígenas e caboclos_ assim se pensava e se praticava_ além do duro trabalho bastaria à doutrina aprendida na oralidade e a obediência na violência física ou simbólica. O acesso à leitura e a escrita eram ditos como desnecessário e inútil para tais segmentos sociais. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, 2000, P 13)

Mesmo com a afirmação da instrução primária a todos(as) os(as) cidadãos(dãs), os adultos analfabetos não foram, neste primeiro momento, cogitados. Décadas depois, em 1879, com o decreto nº 7.247/79, Leôncio de Carvalho propõe a reforma do ensino com a

criação de cursos específicos para estes sujeitos, com carga horária determinada. Como se pode imaginar, prevaleceu uma classe específica para o acesso ao ensino.

A constituição republicana de 1891 retira a gratuidade da instrução primária, causando uma ruptura no campo da educação. Naquele momento, devido as mudanças políticas ocorrendo no cenário brasileiro, a alfabetização passa a ser essencial como garantia para o voto, o que deveria dar incentivo aos adultos analfabetos a buscarem a alfabetização, mas não é. Com isso, o ensino passa a ser descentralizado em diversos espaços, algo que possibilitou, com o Decreto nº 13 de 13/01/1890, a abertura para que os movimentos sociais e associações populares fizessem no campo da educação o que os poderes públicos não estavam preocupados em fazer, ou seja, garantir o ensino.

Nos anos 20, devido ao desenvolvimento econômico que batia a porta e a pressão dos movimentos sociais, a pauta da Educação foi uma de suas principais reivindicações e, “(...) em prol da escola como espaço integrante de um projeto de sociedade democrática”, (Resolução CNE/CEB nº 1, 2000, p 13), buscou-se assegurar a participação de todos os cidadãos e cidadãs na garantia de seus direitos sociais e políticos, levando os Estados a propor reformas e nacionalizar as escolas primárias.

O problema do analfabetismo só entrou em discussão em 1921, durante a realização da Conferência Interestadual para Educação que, mediante o alarmante número de analfabetos, sugeriu a hipótese da “criação das escolas noturnas voltadas para os adultos com duração de um ano” (Resolução CNE/CEB nº 1, 2000, p 1). Mesmo com os debates sobre o tema, a garantia da gratuidade do ensino primário e a nacionalização do ensino estavam voltadas somente para alunos(as) que estivessem em idade escolar, deixando novamente de lado o compromisso do Estado com os adultos analfabetos.

As constituições posteriores continuaram buscando fazer a educação cada vez mais presente, desenvolvendo diversas mudanças nas ações educativas, entre elas o supletivo, legalizada na Constituição de 1946, que proporciona uma redução no tempo do ensino primário.

Em 1967, a obrigatoriedade do Estado em oferecer a educação caiu de 16 anos para 14 anos, levando aqueles que estavam fora dessa faixa etária a serem encaminhados ao ensino supletivo. Isso acabou proporcionando uma grande procura, pois muitos viam nesta modalidade uma saída rápida que assegurava uma oportunidade no mercado de trabalho.

Somente com a Constituição de 1988 é que a educação passa a ser de direito para todos(as) e dever do Estado, garantindo, através dos princípios da igualdade de acesso e permanência, bem como a possibilidade de aprender quanto a de ensinar. Foi nesse momento

da Constituição Brasileira que diversos projetos e leis surgiram, inclusive a Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, considerado por Pierro (2001) um documento que possibilitou uma discussão da teoria e prática da EJA.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 reafirma a educação como direito de todos e a divide em dois níveis de ensino: a educação básica e a educação superior, inserindo a Educação de Jovens e Adultos ao nível de modalidade.

A constituição de 1988 também assegurou em seu Art. 214 a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) a cada 10 anos, com objetivo de traçar metas e estratégias para a educação, entre eles a elevação da alfabetização e a erradicação do analfabetismo, como apresentado pela Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014 com meta específica para a EJA.

O marco legal na educação proporcionou uma abertura que afetasse diretamente aos sujeitos excluídos da sociedade que tiveram garantido, mesmo que tardiamente, o direito à educação escolar. Entretanto, vale ressaltar, que mesmo sem a afirmação do dever do Estado, as políticas educacionais surgiram entre esses momentos sob diferentes perspectivas, de forma que colocava os adultos e o analfabetismo no centro das discussões, o que será abordado posteriormente.

1.2 Trajetória Histórica e Política

As políticas educacionais, segundo Pierro(2001), veem a necessidade da educação de adultos sob alguns véis, dentre eles nos campos econômico e político, cuja necessidade de alfabetização é apresentada por Cunha:

Essa preocupação trazia pontos de vistas diferentes em relação à educação de adultos quais sejam: a valorização do domínio da língua falada e escrita visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como ascensão social; a alfabetização de adulto vista como meio de progresso para o país; a valorização da alfabetização de adultos para a ampliação da base de votos. (CUNHA apud PORCARO, 2017, p. 1).

E é a partir desses objetivos da alfabetização de adultos, apresentado anteriormente, que as políticas públicas vão se desenhando ao longo do tempo.

Na década de 40, o Governo lança a Campanha de Educação de Adultos, que tinha o propósito de acabar com o analfabetismo no Brasil, movimentando, segundo

Pierro(2001), diversos níveis da esfera nacional, sob a liderança de Lourenço Filho¹, que defendia a alfabetização como meio de garantia a cidadania. A proposta inicial levantou discussões acerca do papel social e marginalizado desses sujeitos analfabetos, fazendo com que surgisse, assim, o que Porcaro (2017) chama de um novo paradigma pedagógico, no qual “o analfabetismo que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária”. (PORCARO, 2017, p.3).

Isso acabou ocasionando diversas reflexões que foram debatidas no 1º Congresso Nacional da Educação de Adultos, um momento de grande mobilização nacional que “não passou disso, pois não houve nenhuma proposta metodológica para a alfabetização” (AGLIARDI, 2012, p.4).

No entanto, isso muda na década de 60, quando Paulo Freire desenvolve práticas pedagógicas conduzidas pelos paradigmas da Educação Popular: um trabalho que foi realizado de modo coletivo, com a colaboração de diversos educadores de movimentos como do MEB (Programa de Movimento da Educação de Base), MCP (Movimento Cultural de Recife), centro nacionais de estudantes e entre outros, cujas “atividades desenvolvidas por esses movimentos educativos visavam à organização de base e a cultura popular”. (AGLIARDI, 2012, p.5). Dentro da proposta de desenvolver uma educação que estivesse voltada para as classes populares, Paulo Freire permitiu o surgimento de novas práticas pedagógicas, ficando encarregado pelo Governo em 1963 a desenvolver um programa nacional de alfabetização de adultos.

Nisso, passamos por um momento da história do Brasil em que a educação e os métodos de alfabetização estavam diretamente voltados para a realidade dos sujeitos, passando da mera técnica para uma educação que fosse capaz de levá-los ao patamar de transformadores sociais e a mudança na estrutura desigual da sociedade. Uma proposta que foi fortemente reprimida pela ditadura militar brasileira por ser, segundo Porcaro (2017), conscientizadora, o que a tornou uma ameaça e levou à perseguição e ao exílio de Paulo Freire, o que não impediu que seus métodos educacionais continuassem de modo clandestino:

O fechamento político e institucional que caracterizou a conjuntura brasileira nos anos 70, também não impediu que sobrevivessem ou emergissem ações educativas voltadas à alfabetização e pós-alfabetização inspirada pelo paradigma Freiriano.

¹ Percursor da Educação de adultos no Brasil e participante do Movimento dos pioneiros da escola nova 1932.

Abrigadas frequentemente em igrejas e associações de moradores, organizações de base local e outros espaços comunitários, essas iniciativas experimentaram proposta de alfabetização e pós-alfabetização de adultos que se nutriram no paradigma da Educação Popular, impulsionando à busca adequada metodologia e conteúdos às características etárias e de classe dos educandos.” (PIERRO;JOIA, 2001, p.61).

Quando a proposta conscientizadora de Paulo Freire é interrompida, em seu lugar surge uma forte valorização da educação de adultos em uma perspectiva assistencialista e conservadora, sendo sua melhor expressão o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), lançado em 1967.

O MOBREAL, criado pela Lei 5.379/67 e apresentado no Parecer da CNE/CEB nº 1 (2000), tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos. Ou seja, ao mesmo tempo em que se propõe a alfabetizar sujeitos numa faixa etária de 15 a 30 anos, como apresentado por Agliardi (2012), também os prepara para o mercado de trabalho, cuja alfabetização era desenvolvida a partir do uso de meras técnicas que, de acordo com Pereira (2007), foram adaptadas a partir de Paulo Freire, deixando de lado os aspectos políticos.

Nessa época, para alcançar tais objetivos, o governo brasileiro mobilizou todas as esferas nacionais, dando certa autonomia na execução de atividades com forte supervisão; investiu significativos recursos na luta para acabar com o analfabetismo, pois ela “era vista como uma ferida que deveria ser erradicada.” (AGLIARDI, 2012. p.7), o que foi desmistificado pelos defensores do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), que não via o analfabetismo como uma vergonha nacional, mas, sim, como consequência de questões políticas e sociais.

O MOBREAL, mesmo com alcance nacional e com meta determinada para pôr um ponto final no analfabetismo, teve contínuo déficit, que levou a diversas modificações em suas propostas: inicialmente com o ensino primário e posteriormente com o ensino supletivo, expresso na LDB 5.692/71. Como não teve o êxito esperado, o MOBREAL foi sendo desacreditado e fora extinto em 1985.

Com a cessação do MOBREAL, foi criada a Fundação Educar, que tinha, mais uma vez, uma abertura para a participação de diversas entidades da sociedade:

Que passou a apoiar técnicas e financeiramente iniciativas de governos estaduais e municipais e entidades civis, abrindo mão do controle político pedagógico que caracterizara até então a ação do Mobral. Nesse período, muitos programas governamentais acolheram educadores ligados à experiência de Educação Popular, possibilitando a confluência do ideário da Educação Popular até então desenvolvido prioritariamente em experiência de

educação não formal com a promoção da escolarização de jovens e adultos por meio de programas mais extensivos de educação básica. (PIERRO; JOIA, 2001, p.61).

Um desses programas governamentais, ressalta-se, foi o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) criado pelo governo de São Paulo com a colaboração de Paulo Freire e demais educadores de movimentos sociais dentro de uma proposta de Educação Popular.

O MOVA se propunha em alfabetizar e fortalecer a cidadania desses sujeitos, contribuindo na luta por políticas públicas que enquadrassem o ensino básico de jovens e adultos à efetivação do direito à escola pública e popular, pois “não se tratava apenas de alfabetizar, mas de garantir o direito a escolarização básica formal” (AGLIARDI, 2012, p.8). Assim como o MOBREAL, com a mudança de governo, o MOVA foi extinto.

Em 1990 é lançado o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), que tinha como objetivo a alfabetização de crianças, jovens e adultos a partir de órgãos governamentais e não-governamentais – mesmo sem garantir que essas entidades pudessem dirigir os recursos. Um programa que foi fortemente criticado por intelectuais, que viam como desperdício o uso de recurso com a educação de adultos, “argumentando que os adultos analfabetos já estariam adaptados à sua condição e que o atraso educativo do país poderia ser saldado com a focalização dos recursos no ensino primário das crianças” (PIERRO, 2001, p. 67). Tais críticas, que eram feitas de forma constante, acabaram levando, mais uma vez, a educação de adultos ao campo marginalizado da educação brasileira.

Novamente a questão governamental afeta a Educação de Jovens e Adultos, passando a ser no governo de Fernando Henrique Cardoso, um mero programa assistencialista em 1997: programa de Alfabetização Solidária, que contava com o envolvimento dos diversos setores da sociedade e financiamento de órgãos internacionais.

Essas diversas mudanças ocorridas ao longo das questões do campo das políticas públicas para a EJA, só teve um viés de preocupação mais sólido no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, com a criação SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), que dá à essa modalidade de ensino um olhar mais atencioso, com mudanças que vão desde a formação de professores(as) à materiais didáticos.

2 SITUAÇÃO ATUAL DA EJA

Perpassar pelo Marco Legal, pelas políticas públicas e lutas pelo direito a educação é traçar um linear da historicidade dessa modalidade de ensino que afeta até hoje as práticas pedagógicas da EJA, e, principalmente, a realidade dos sujeitos deste espaço.

2.1 Limitações Desafios e Possibilidades

A EJA na atualidade, dentro do espaço escolar, é permeada por diversas situações e ações que estão diretamente ligadas ao olhar que se tem sobre ela, que, segundo Pierro (2001), a coloca como marginalizada e desacreditada. O que impede que haja investimentos adequados para o seu ensino e, principalmente, que seja dada a devida importância para a educação e para a vida dos sujeitos que estão cotidianamente dentro do espaço escolar.

O lugar marginal e desacreditado, para Pierro (2001), impediu que se percebesse a dimensão da educação para além dos muros da escola, compreendendo os diversos processos educativos enriquecedores entre teoria e prática. Ou seja, não é levado em consideração que os alunos(as) da EJA trazem para a sala de aula suas histórias, dificuldades, superações e lutas pela sobrevivência; fazendo com que não passem de meras conversas entre os(as) discentes.

Para Brandão (1981), dentro destes espaços institucionalizados estão sujeitos sociais que, de alguma maneira, foram rebaixados à minoria, tendo um ensino apenas compensatório com proposta inadequada, o que os acaba levando a exclusão dentro da escola:

A educação de adultos tem sido uma das práticas sociais onde com mais insistência o exercício do trabalho ‘junto ao povo’ menos realiza objetivos teoricamente propostos. Compensatória e ineficaz, ela não forma, não prepara e, muito menos, não transforma aqueles que, excluídos dos antes da escola, são excluídos, através da educação de adultos, de ser um dia educado. Ela não é precária e compensatória porque lhe faltam recursos: mas, porque precisa ser apenas precária e compensatória, vive de não ter recursos. Não nos iludamos, a sua falta é a sua suficiência. (BRANDÃO, 1981.p.43)

Essa exclusão ocorre devido a teoria não está relacionada à realidade dos sujeitos. De acordo com Pierro (2001), as relações da Educação de Jovens e Adultos com os sujeitos que falam quando estão dentro de um espaço institucionalizado, cujas práticas não têm uma proposta aberta de ensino, levam a diversos problemas que vem afetando diretamente na EJA. Uma destas objeções está na alfabetização do ler e escrever funcional, que possui a predominância de um ensino pautado em meras técnicas, considerada pelos sujeitos desse espaço como fator determinante de conhecimento. Ou seja, como no caso da sala de EJA da

escola dos(as) alunos(as) entrevistados(as), os (as) estudantes veem a professora como única detentora de conhecimento e estão ali somente para aprender, não havendo, assim, um ensino pautado na construção de saberes.

Outro problema é o da baixa procura e por muitas vezes da descontinuidade no ensino, que é causado, segundo Pierro (2001), pelo fato dos sujeitos não se enxergarem dentro do espaço escolar. Uma realidade perceptível dentro da sala da EJA da Escola Municipal Rocha Ramos, na cidade de Acarape, que finalizou o ano de 2017 com apenas quatro alunos em uma sala, inicialmente, de 14 estudantes, o que é uma redução significativa. Aparentemente, e possivelmente, neste caso em específico não se preocupou em refletir o porquê dessa redução, considerando como mais importante manter uma sala de EJA funcionando, por mais que termine apenas com um discente.

Os problemas, no entanto, não param por aí, para Pierro e Joia (2001), perceber essa modalidade de ensino como compensatória também é um problema, pois limita as práticas pedagógica e de ensino:

A ideia de compensar o tempo perdido acabou por enclausurar a escola para Jovens e Adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas de tempo e espaço da escola das crianças e adolescente, interpondo obstáculos à flexibilização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sócio cultural. Ao dirigir o olhar para a falta de experiência e conhecimento escolar dos Jovens e adultos, a concepção compensatória nutre visões preconceituosas que subestimam os alunos, dificulta que os professores valorizem a cultura popular e reconheçam os conhecimentos adquiridos pelos educandos no convívio social e no trabalho. (PIERRO, 2005, p.1118)

Essa compensação faz com que muitas vezes o(a) professor(a) não leve em consideração a faixa etária dos(as) educandos(as) e nem suas realidades, aplicando neles(as) atividades que foram executadas pelos alunos(as) do período diurno que cursam o mesmo ano, algo que presenciei por diversas vezes onde realizei o Estágio Supervisionado.

Existem, ainda, dois problemas que também são importantes e estão presentes na EJA na atualidade: o primeiro deles está em ser colocada como modalidade de ensino, que possibilita, de acordo com Pierro (2001), avexamento de instrução através do supletivo; o segundo problema, relacionado ao anterior, é o número de educandos(as) cada vez mais jovens crescendo dentro da sala de EJA.

As diferenças de faixa etária, conforme Pierro e Joia (2001), acabam dificultando que se desenvolva uma proposta de educação pautada nos princípios da Educação Popular. No entanto, é de extrema necessidade refletir porquê só trabalhar com adultos uma proposta

política e conscientizadora? Por que não colocar os alunos mais jovens, que são encaminhados pela escola a uma modalidade devido à faixa etária não adequada para o ensino regular, dentro dessa proposta de Educação Popular? Fica aqui para uma reflexão.

Para pôr em prática uma proposta de Educação Popular dentro dos moldes da EJA, segundo Pierro e Joia (2001), existe a necessidade de um remodelamento nas práticas e métodos pedagógicos diferentes do que é proposto para o ensino básico infanto-juvenil, de forma a dar uma flexibilidade no currículo, cujo projeto político pedagógico esteja contingente com a realidade desses(as) alunos(as) de EJA. De que maneira isso é possível? Colocando no processo educativo também um caráter político, cuja abertura para autonomia dessa flexibilidade, segundo a autora, está expressa nas recomendações internacionais para Educação:

Descentralizar o sistema de ensino e conceder autonomia aos centros educativos para que formulem projetos pedagógicos pertinentes as necessidades educativas das comunidades em que estão inseridas, convertendo-se em Locus privilegiado de desenvolvimento curricular.
(PIERRO;JOIA, 2001, p. 71)

Com a proposta de autonomia pelas recomendações internacionais, é necessário levar em consideração que a educação é o meio pelo qual os(as) educando(as) conseguem alcançar sua cidadania plena, pois passam para a “formação de sujeitos livres, autônomos, críticos, abertos a mudanças e capazes de intervir nos processos de produção cultural que tenha alcance político” (PIERRO;JOIA, 2001, p.74).

Porém, como garantir que os sujeitos da EJA exerçam sua cidadania plena se não são estimulados a refletir e criticar a sua realidade, cuja expectativa da educação está direcionada apenas no ler e escrever para melhoria da força de trabalho? São desses sujeitos que falaremos a partir de agora.

2.2 Sujeitos da EJA: Condicionamentos e expectativas de vida

Quem são esses sujeitos da pesquisa? São homens e mulheres negros(as) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rocha Ramos, do bairro São Benedito, em Acarape, Maciço de Baturité, Ceará, com idades entre 40 e 50 anos. São trabalhadores autônomos – um deles com diversas atividades sem vínculo empregatício, que sobrevivem do seu esforço diário de trabalho.

Discentes do período noturno e educandos(as) em processo de alfabetização, em uma sala de EJA, e já estão nesta caminhada, para dois de nossos entrevistados, há dois anos. Segundo eles, são repetentes por opção, pois não se veem aptos para passarem de ano, como expresso nas falas abaixo:

A gente quis repetir, aí são dois anos com esse, porque eu não achava que tinha capacidade de passar (A. F., brasileira, estudante, 43 anos).
 Não estava preparado para passar para outra né? Porque se a professora passasse alguma coisa na lousa eu não ia saber direito, então achei melhor repetir mesmo (J. E., brasileiro, estudante, 50 anos).

Para Brandão (1981), estes sentimentos são comuns pois a educação oferecida não condiz com a realidade e necessidade do povo que a recebe.

Nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa, notei que existe entre eles(as) um entendimento que a educação escolar se remete a apenas ler e escrever, sendo essa a única possibilidade que o ensino pode proporcionar. Ao questionado sobre o que o EJA representou em suas vidas, as respostas expressam bem isso:

Muita coisa, porque o meu nome, que eu não sabia assinar direito, eu já assino. Muitas coisas que é difícil de ler eu já digo (J. E. brasileiro, estudante, 50 anos).
 Rapaz, representa bondade pra mim, porque se eu não tivesse continuado estaria me sentindo um ‘burro’, mas já peguei um bocado de coisinha, já sei escrever meu nome ligeiro não, mas já desenrolei em poucos dias que estou estudando. Aí nessa idade já escrevo meu nome (J. E. P., brasileiro, estudante, 42 anos).

Como dito anteriormente, suas respostas representam a noção destes quanto a alfabetização, que se resume a aprender a ler e escrever e é o motivo de estarem em sala de aula. Quanto a expectativa de vida desses educandos(as), eles veem a EJA apenas como um meio para a melhoria de seus trabalhos através do aprimoramento da leitura e escrita, não almejando continuidade do ensino. Ou seja, tomam essa educação como necessária para compreender as placas e nomes de ruas, para ter controle sobre o que entra ou o que sai de mercadoria em sua lojinha e, até mesmo, como condição para práticas religiosas de ler a Bíblia.

Quando questionados sobre as dificuldades para estudar quando crianças, as realidades no contexto de vida desses sujeitos deixam explícito o quadro de desigualdade social que afetou suas permanências na escola, apesar de não perceberem o problema social que está intrinsecamente ligada a tal fato:

Porque eu desisti, não! Quando eu era criança, eu morava em cima da serra, porque eu sou serrano. Aí nessa época meu pai não tinha condições de vim deixar no colégio que era muito longe, aí também a gente não sabia nem o que era colégio na época, aí a gente não estudou, logo ficava muito difícil pra gente descer da serra pra estudar. Quando eu desci da serra já tinha uns 10 anos, aí pronto! Minha mãe faleceu, aí pronto, foi tudo por água abaixo, não tinha mais como ir pro colégio não (J. E. P., brasileiro, estudante, 42 anos).

Naquela época era muito difícil. Lá em casa eram muitos filhos, aí tinha que trabalhar pra ajudar nossos pais, aí ficava difícil pra gente, mas eles até me colocaram pra estudar, mas foi eu que não quis; eu preferi trabalhar (J. E., brasileiro, estudante, 50 anos).

Reforçando o que fora dito anteriormente, percebemos com estas falas que, para eles, foi apenas mais algo que aconteceu em sua vida que os fizeram parar de estudar em outrora. Não refletem sobre a falta de incentivo, e mesmo da negação de direitos enquanto cidadãos, como por exemplo o caso do Sr. J. E., que não tinha moradia própria e dependia da casa do patrão dos pais em troca de trabalho. Também é o caso da Sra. A. F., quanto a questão de saúde quando lembra: “Sofri um acidente com cinco anos de idade, aí eu disse que não ia mais pra escola, porque logo no começo meu olho ficou fechado e eu não podia colocar prótese e os meninos ficavam mangando. Aí não fui mais” (A. F., brasileira, estudante, 43 anos).

No caso da Sra. A. F., o acidente, que lhe aconteceu na infância e a fez parar os estudos, afeta sua vida até hoje, pois seu problema de saúde a faz pagar por um tratamento particular o que lhe é de direito a ser oferecido pelo poder público. Ao questionada sobre a negação de direito à saúde e educação, ela não o reconhece, e afirma que a preferência pelo particular se dá pelo fato de as unidades públicas não lhe darem a assistência necessária:

O de saúde nem tanto, porque pra onde eu vou eu procuro mais o particular, porque se eu chego num hospital desses daqui sobre o problema do meu olho nada é resolvido, porque não tem remédio, não tem medico, então tudo e pago (A. F., brasileiro, estudante, 43 anos).

Nessa perspectiva de garantia de direitos que teve ser assegurado pelo Estado a eles enquanto cidadãos, apenas um dos três educandos entrevistados da EJA se posicionou de modo mais atento quando perguntado se ele achava certo as lutas pelo direito a educação, saúde, entre outros: “Direito a Justiça, eu não acho certo essa falta não, porque eu acho que era pra gente ter um pouco mais de direito, pois a gente paga os impostos e a gente não vê o direito que a gente tem” (J. E. P., brasileiro, estudante, 42 anos).

A fala do entrevistado acima nos remete a uma compreensão que se tem sobre a negação de direito, porém mesmo participante de uma comunidade de periferia com trabalho avulso, não é participante de associação comunitária ou sindicato que o incentive a esse posicionamento. Diferente de um dos entrevistados que paga sindicato a quatorze ano mas não tem esse mesmo entendimento e nem posicionamento político quanto a garantia de seu direito enquanto cidadão.

Com essas falas, percebe-se que a proposta da EJA não está somente efetivada nas práticas e métodos, como apresenta Pierro (2001), mas, infelizmente, encontra-se presente em cada um dos(as) educandos(as), que percebem a dimensão da EJA a partir das paredes da sala de aula, e não compreendem que as dificuldades que encontraram para estudar em uma época anterior não passaram da falta de incentivo e negação de direito.

É partindo de uma proposta de desconstrução e pela efetivação de garantir a estes sujeitos sua plena cidadania que uma nova proposta de educação – pelo menos quanto às suas práticas pedagógicas – será remetido a partir de agora: a Educação Popular.

3 EDUCAÇÃO POPULAR: PROTAGONISMO EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A luta pelo direito à educação para todos dentro do espaço formal esteve atrelada às lutas dos movimentos sociais pela sua garantia e a sua efetivação. Entre eles, está o movimento negro, que colocou como pauta de luta a educação que foi negada desde o período da escravidão, renegando ao negro o lugar de excluído e marginalizado, o que resulta em seus descendentes serem a maioria nas salas de EJA.

Apesar dessa luta, a educação não ficou atrelada somente ao formal. Existiram processos educativos e práticas pedagógicas, como a de Paulo Freire e que nasceu dentro desses movimentos das classes populares, que contribuíram em seu tempo para as práticas de alfabetização de adultos.

Para compreendermos o lugar destes protagonistas no campo da educação de adultos, é necessário entendermos primeiro o que é a Educação Popular e quais os princípios norteadores de sua proposta educacional, que estão fortemente presentes nestes protagonistas.

3.1 Os princípios educacionais e Pedagógicos da Educação Popular

Para Brandão (1981), a Educação Popular pode ser entendida de três maneiras e em diferentes significações relacionados à questões espaço, tempo e lugar, sob aspectos cultural, político e social.

Primeiro, a Educação Popular pode ser entendida como os saberes da comunidade a qual foram repassadas de geração em geração, de modo compartilhado, levando a processos educacionais que direcionam ao coletivo e ao particular os indivíduos da comunidade. Em segundo lugar, conforme Brandão (1981), ela pode ser entendida como a luta pelo direito à educação pública e gratuita que, mediante a desigualdade social, impossibilitou o acesso das classes desfavorecidas ao espaço da educação formal, levando a organização de grupos da sociedade, exigindo ao Estado o direito à Educação para todos, visando “seus efeitos na construção de uma sociedade democrática” (BRANDÃO, 1981, p.20). Mas, para que houvesse um avanço desta proposta, era necessário derrubar o muro do analfabetismo, o que levou à unificação da “luta pela Educação dirigida ao combate ao analfabetismo.” (BRANDÃO, 1981, p.20). Em terceiro lugar, para Brandão (1981), ela pode ser entendida como a educação que surge dentro das classes populares para os sujeitos dessas mesmas classes, com o objetivo transformador e reivindicador surgindo, o que ele chama de uma

educação para a emancipação unindo dois campos: o da educação e o campo político como direcionadores do trabalho pedagógico.

Entendida como estreita relação entre o político e o pedagógico o que indica objetivamente que a Educação não é neutra; a centralidade dos participantes dos processos educativos populares como sujeitos históricos; as perspectivas emancipadoras que objetiva a transformação social; e a compreensão de que o conhecimento é socialmente produzido. (SCHONARDIE,2015. p.5)

O envolvimento da educação como emancipação coloca os sujeitos em contato direto com seus aspectos culturais, sociais e políticos que, unidos, segundo Brandão (1981), propicia a emancipação do contexto social de desigualdade e de opressão por meio de saberes construídos e partilhados. Portanto, a Educação Popular, nessa perspectiva, é considerada “prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas. Por ela se busca a constituição de sujeitos populares capazes de serem construtores de sua própria história de libertação” (SCHONARDIE, 2015, p.15-16).

Como prática educativa compromissada, a Educação Popular tem elementos fundamentais que direcionam e influenciam suas práticas pedagógicas. Estes são os princípios norteadores, ou, também, chamados de Bases Epistemológicas da Educação Popular, como é expresso no Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, lançado em 2014 pelo Governo Federal, que se propõe na divulgação dessas práticas pedagógicas. Para Schonardie (2015), o Marco de Referência efetiva a Educação Popular à uma proposta oficial e formal, mesmo que dentro das políticas públicas ocasionando diversas críticas.

Os princípios da Educação Popular, por meio da prática pedagógica, têm a possibilidade de serem desenvolvidos não somente dentro das escolas, mas também em todos os espaços onde haja relação com a Educação. São eles: a “dialogicidade; a amorosidade; conscientização; transformação da realidade e do mundo; partir da realidade concreta; construção de conhecimento e pesquisa participativa; sistematização de experiência e de conhecimento” (SECRETARIA GERAL, 2014 p. 22). De todos estes princípios, o que tem sido base para todos os outros nas práticas pedagógicas da Educação Popular é o diálogo, “visto que é através dele que podemos pensar sobre o mundo, problematizá-lo e transformá-lo” (SECRETARIA GERAL, 2014, p.23), por meio do que Freire (2011) chama de relação dialógica².

² Estabelece a ponte entre ensinar e aprender, porem só ocorre quando o pensamento critico do educador não anula a capacidade de pensar criticamente do aluno.

Quando essa relação dialógica está presente nas práticas educativas, ela permite que os saberes sejam compartilhados de modo a não haver certo ou errado, melhor ou pior, maior ou menor e, sim, diversos saberes que devem ser respeitados, considerado, portanto, como “trabalho pedagógico conflituoso” (SECRETARIA GERAL, 2014, p. 23), mas necessário, pois é através dele que os sujeitos desvelam suas realidades:

O diálogo entre o educador e a educadora popular e as classes populares vai tecendo a teia entre a ação e a reflexão, possibilitando a troca de significados e o aprofundamento na compreensão dos elementos constitutivos da realidade, oportunizando a reconstituição simbólica do real, permitindo a construção de significados comuns, o aprofundamento da solidariedade e a elaboração de alternativas para a superação das compreensões fatalísticas a respeito do que se passa na vida cotidiana (SECRETARIA GERAL, 2014, p.23).

O diálogo, portanto, caminha na mesma direção, acrescentado da reflexão, que torna os sujeitos em cidadãos críticos e reflexivos.

Além da dialogicidade, que é considerada como base, é necessário que o segundo princípio, o da amorosidade, também esteja presente nessas práticas, pois é por meio dele que é possível alcançar a humildade e a sensibilidade com a causa do outro:

O ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque amoroso, é dialógico (...). Como ato de valentia, não pode ser piegas, como ato de liberdade não pode ser pretexto de manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens/mulheres, não me é possível o diálogo (FREIRE, 2002, p. 24).

O comprometimento com a causa da libertação como expresso anteriormente, exige que os sujeitos desenvolvam, através das práticas educativas, a consciência crítica³, que só é possível com o “processo educativo da conscientização” (FREIRE, 2011, p.62), o terceiro princípio da Educação Popular:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade.

Quanto mais elevado o nível de conscientização, maior a capacidade de “desvelamento” da realidade, pois mais se penetrará na compreensão do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma

³ Caracteriza-se pelo anseio da análise do problema; pelo reconhecimento de que a realidade é mutável e aberta a revisões; e busca de análise dos fatos sem preconceitos de modo indagador e investigativo.

razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual, visto que a conscientização não pode existir fora das “práxis”, sem o ato de ação- reflexão (SECRETARIA GERAL, 2014, p. 25).

A transformação da realidade e do mundo é um dos princípios que surge como consequência de uma prática educativa baseada no diálogo e na conscientização, pois ela “busca construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça” (SECRETARIA GERAL, 2014, p.26).

Mas como se dá o fazer pedagógico? A Educação Popular está direcionada a colocar os(as) educandos(as) em contato direto com suas realidades, com objetivo de levá-los a entender os aspectos da desigualdade, e, deste modo, compreender a sua relação com o mundo, já que são indivíduos com realidades diferentes entre si:

Partir da realidade concreta supõe levantar tanto a visão de mundo dos educandos quanto os dados objetivos do contexto onde acontecerão as práticas sociais e as experiências educativas. Isto é, a Educação Popular busca romper com uma perspectiva de educação “conteudista”, sem vínculo e relação com a realidade dos sujeitos envolvidos (SECRETARIA GERAL, 2014, p.27).

A construção do conhecimento e a pesquisa participativa dentro da Educação Popular não ocorrem de modo individual ou em si mesmo, ele é construído de modo coletivo, unindo o saber do(a) educador(a) com o saber e experiências dos(as) educandos(as).

Seguindo todos esses princípios norteadores da Educação Popular dentro do processo educativo, ele direciona ao último princípio, que é o da sistematização de experiência e de conhecimento em que o trabalho realizado conduz os(as) educandos(as) a lugar de protagonistas sociais “e para a ação de transformação”. (SECRETARIA GERAL, 2014, p.28), e os tornam participantes da cidadania.

É por meio destes princípios norteadores de Educação Popular que, a meu ver, o movimento negro se comprometeu com a educação a partir de seu grupo social, trazendo para si uma obrigação que cabia ao Estado, que era, perante a sociedade desigual e preconceituosa, retirar o povo negro da exclusão, utilizando a educação como prática para libertação, envolvendo não apenas crianças e jovens, mas também adultos analfabetos.

3.2 Protagonismo e pioneirismo dos Movimentos Negros

É possível encontrarmos com facilidade diversas leituras sobre movimentos sociais que tem como pauta principal de suas lutas a Educação. Entretanto, quase nada se encontra sobre o movimento negro no que tange a Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade que tem como principais alunos(as) homens e mulheres negros(as) de periferia. Fato que não ocorre por coincidência, mas, sim, que é um reflexo do passado de escravidão, que esclarece “as origens dos graves problemas educacionais que afligem o grosso da comunidade negra brasileira” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p.134).

O passado de escravidão no período colonial teve forte influência sob o problema de exclusão e abandono aos negros(as), que também foram impedidos de estudar e que, quando os tiveram, segundo Gonçalves e Silva (2000), não foi com uma proposta que garantisse uma mudança na vida de escravizados, mas como modo de controle por parte daqueles que se diziam proprietários.

O surgimento das ideias pelo fim da escravidão e o fato de já existirem escolas noturnas nas províncias como apresentados por Gonçalves e Silva (2000) provocou o surgimento de diversos defensores em favor da instrução das primeiras letras aos negros(as), entre eles Marcus Vinicius Fonseca, que defendia que a educação deveria ser uma extensão da abolição, ou melhor, como algo que deveria ser tratada como complementar.

Outro nome foi Perdígão Malheiros, que propunha que a Educação fosse um meio de preparação para quando tivessem a liberdade o que abrangeria a área profissional destes indivíduos para o momento em que o mercado de trabalho lhe proporcionasse oportunidade, mas sem perder a essência da moralidade e do religioso. Nesta conjuntura, as discussões afluíam diversos descontentamentos, “uma vez que a educação concedida aos escravos representava uma mudança efetiva na condição dos sujeitos” (GONÇALVES; SILVA, 2000.p.137).

De certo modo foi, mesmo que posteriormente à abolição, pois com a rapidez que a modernização se expandia, que se fez necessário usar estratégias organizacionais:

O fato é que nesse contexto de mudança social, favorecedor de estratégias de mobilidade social que emergiram os primeiros protestos dos negros no formato de um ator coletivo moderno, que se constrói uma cena política, lutando contra as formas de dominação social (GONÇALVES; SILVA 2000, p. 138).

Estas estratégias de mobilização dos movimentos sociais garantiram que estes se expandissem por todo o território brasileiro, e dos mais emblemáticos, segundo Gonçalves e

Silva (2000), foi o da Frente Negra Brasileira que surge em 1931 em São Paulo com objetivo de garantir os direitos da população negra que diante um cenário político brasileiro excludente não os representavam. Um movimento que imerge de modo organizado a partir das experiências de diversos militantes tendo também como protagonista dessa historia as mulheres negras.

O compromisso desse movimento foi muito além da sala de aula criando diversos espaços de lazer e cultura como também de assistência social sem deixar de lado e colocando como pauta principal as discursão e ações no campo da Educação sendo este segundo Domingues(2008) o mais importante, pois em 1932 um ano após sua fundação a Frente Negra Brasileira cria um departamento de instrução que coloca como ponta pé inicial a alfabetização de Jovens e adultos de modo a solucionar o problema do analfabetismo que afligia a população negra e por meio dela dar um basta contra a discriminação, pois, mesmo com a abolição da escravidão, os(as) negros(as) viram a educação lhes fechando as portas.

O problema da exclusão e descriminação afetou em diversos aspectos a vida da população negra, pois levou mulheres ao trabalho doméstico e crianças a trabalharem cada vez mais cedo, ocasionando a estas o analfabetismo, pois quando tiveram acesso à educação escolar já eram adultos, pois, mediante a desigualdade social, além de ter que lidar com a discriminação, ainda tinham de fazer uma escolha: estudar ou trabalhar.

Mesmo sendo uma questão de escolha, a necessidade falava mais alto, então a balança sempre pesava para o lado da segunda opção, afastando “tanto os homens negros quanto as mulheres negras da escola. Em parte, isso era verdade, entretanto, entidades negras não se acomodaram diante da situação, combateram o analfabetismo e incentivaram os negros a se educarem” (GONÇALVES; SILVA 2000, p.140).

Por não acreditar nas propostas daqueles que estavam no poder, as organizações, segundo Gonçalves e Silva (2000), passaram a alfabetizar os adultos e terem um olhar mais atento com a educação das crianças negras, considerada por muitos intelectuais como uma saída não viável, já que acabaria excluindo cada vez mais os negros.

Como meio de divulgação e incentivo a Educação, o movimento negro passou a utilizar a imprensa jornalística, que na época, de acordo com Gonçalves e Silva (2000), tinha como mais promissor o Jornal Clarim d’ Alvorada, criado por militantes do movimento. Em suas páginas, além das histórias de negros que conseguiram ascensão social chamados de “intelectuais negros”, encontravam-se mensagens motivacionais quanto ao poder transformador que tem a Educação. Além disso, apresentavam, ainda, as escolas e outras

notícias como meio de instigar a população negra adulta a procurar alfabetizar-se e mandar os filhos à escola.

Encerrando este tópico, não se pode deixar de ressaltar que o problema de desigualdade social e o uso da educação como meio de transformação social, mesmo que em épocas diferentes, também foi defendida por um importante educador, Paulo Freire, que viu a educação como meio de libertação e transformação social, como veremos a seguir.

3.3 Contribuição de Paulo Freire nas práticas de Alfabetização de adultos

O caráter político no campo da educação, no que tange o processo de alfabetização de adultos, tomou forma também a partir de uma proposta libertadora, junção de práticas pedagógicas formais e não formais. As experiências do educador Paulo Freire com a Educação Popular em suas diversas pesquisas possibilitaram um olhar reflexivo sobre a alfabetização de adultos, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas:

No decorrer de toda a década de 1950 Paulo Freire reuniu experiências no campo da alfabetização de adultos em áreas urbanas e rurais próximas a Recife. Assim, percebeu que os caminhos utilizados na alfabetização de adultos eram os mesmos para alfabetizar crianças e com suas experiências que vinha realizando, entendeu que esse caminho de alfabetização de adultos era inapropriado (MOURA; SERRA, 2017.p.9).

Esta não-apropriação estava diretamente ligada aos métodos de alfabetização que não tinham nenhuma relação com a realidade dos educandos, sendo consideradas aulas muitas vezes exaustivas para aqueles que passaram o dia no trabalho.

Na realidade, somente com muita paciência é possível tolerar após a dureza de um dia de trabalho ou de um dia sem ‘trabalho’, lições que falam de ASA – ‘Pedro viu a Asa’ – a Asa é de Ave’. Lições que falem de Evas e Uvas a homens que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram Uvas. –Eva viu a Uva (FREIRE, 2014, p. 13).

As práticas de alfabetização desenvolvidas a partir de cartilhas, com palavras soltas e sem sentido, foram fortemente reprimidas por Paulo Freire, pois, para ele, era necessário se adequar a realidade dos educandos, pensando em uma “alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores” (FREIRE, 2014, p. 134). E foi o que ele propôs, sua primeira experiência ocorreu em 1962, com o projeto Angicos, de modo organizado e reunindo monitores de variados cursos e militantes estudantis, que se dispuseram a conhecer a realidade e o contexto social dos sujeitos que seriam alfabetizados. Foi a partir, então, desse levantamento que as práticas pedagógicas foram desenvolvidas:

Os materiais eram preparados com base em palavras geradores⁴ e as aulas formadas por meio de situações problemas, o adulto se educava a partir de suas experiências de vidas. A proposta de alfabetização de Paulo Freire não utilizava a cartilha como material do processo educativo, o seu recurso principal era o círculo de cultura⁵, espaços onde se desenvolviam os debates que davam início ao processo de alfabetização e conscientização (MOURA; SERRA, 2017, p. 11).

O uso dessas práticas pedagógicas, segundo Moura e Serra (2017), se deu pelo fato de Paulo Freire acreditar que o processo de alfabetização do ler e escrever passaria a ser facilitado quando ela partisse das experiências de vida dos(as) educandos(as). Cabe ressaltar que a proposta de Paulo Freire não era apenas alfabetizar, segundo Medeiros (2005), pois, mesmo que considerasse imprescindível, o(a) educador(a) acreditava que era preciso ir além, o que seria realizado quando os sujeitos captassem sua realidade, os problemas que estavam por trás e, conseqüentemente suas causas, pois “toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde uma ação. Captando um desafio, compreendido, admitido às hipóteses de resposta o homem age.” (FREIRE, 2014, p.139).

Desse modo, a proposta predominante e sua prática de alfabetização de adultos é a conscientização crítica desses educandos, sendo considerado por Medeiros (2005) como categoria fundamental, uma vez considerado o quadro de desigualdade social. Seria a partir dessa tomada de consciência que os sujeitos passariam a ser transformadores sociais. E onde e de que maneira podemos levar a EJA a esse patamar? Buscando práticas dentro da Educação Popular, o que é uma tarefa desafiadora.

⁴ Propicia a criação de novas palavras por meio de combinação silábicas. Advém do contexto dos estudantes.

⁵ Constitui-se como espaço dinâmico de aprendizagem e troca de conhecimento. Local onde se reúnem os sujeitos do processo de Educação de adultos para debaterem problemas de interesse do próprio grupo. Representa uma situação-problema, representativa de situações reais que busca levar a reflexão acerca da própria realidade, para na sequência decodificá-la, conhecê-la.

4 DESAFIO DE RESGATAR PARA A EJA OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Até aqui pôde-se compreender que a negação do direito à educação para adultos analfabetos(as) não é algo da contemporaneidade, mas é algo que vem sendo carregado há décadas e perpassou por toda história da educação brasileira. Oferecida de modo precário com a única preocupação em se fazer cumprir – independentemente da qualidade – o dever do Estado em proporcionar uma sala de EJA funcionando, onde percebe-se um déficit no ensino desses(as) educandos(as) que muitas vezes trazem para a sala de aula o cansaço de um longo dia de trabalho e outras tantas dificuldades de sua realidade.

Quando surgiu, em seu tempo, a oportunidade de se fazer algo novo para a educação de adultos, de acordo com Porcaro (2017) ele emergiu fora dos espaços escolares sendo fortemente reprimida pelo medo do que um indivíduo educado(a) além do funcional pode fazer dentro de uma estrutura desigual da sociedade.

Estes indivíduos, que não são nada mais que vítimas da desigualdade social do país, não tiveram culpa por não terem estudado, uma vez que as suas condições não lhes foram suficientes para adentrar o espaço escolar. Hoje, sentados com seu caderno e seu lápis em mão, se vê a comemoração destes homens e mulheres ao se encontrarem construindo o desenrolar de sua história em cada letra que forma de seu nome. E é, de fato, pensando nesses sujeitos que se faz urgente uma nova proposta de educação que venha contribuir não somente para a conquista de sua cidadania plena, mas também que os(as) coloquem como protagonistas de suas vidas em todos os aspectos e os direcionem a se posicionarem diante a desigualdade que está presente na realidade de cada um(a) deles(as).

Se a Educação formal por si só em suas práticas pedagógicas não dá conta dessa dimensão, é necessário beber da água de outras fontes, como, por exemplo, a Educação Popular, que jorra água possíveis de limpar o que de desigual tem na sociedade e ainda permite que esses sujeitos da EJA se percebam dentro das práticas de ensino, seja em questão cultural, social, política, religiosas e outros aspectos.

Algo que não é tão fácil, pois desafios surgem e se colocam a frente por inúmeros fatores. Um deles é a realidade distinta entre duas propostas de educação: uma dentro do espaço formal da EJA; a outra da Educação Popular de educação não formal:

A principal diferença não está na cadeia de atributos opostos aos pares entre uma e outra: a educação dominante x Educação libertadora; Pedagogia opressora x Pedagogia do oprimido; Educação alienadora x Educação conscientizadora e assim por diante. A diferença está em primeiro lugar na origem do poder e no projeto político que submete a agência, o programa e a

prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares, no segundo lugar no modo como um modelo de trabalho do educador, pensa a si mesmo como projeto de educação no sentido mais pleno que estas palavras podem receber (BRANDÃO, 1981, p.74).

Uma não é extensão da outra, já que a EJA, dentro do espaço formal, é compensatória; enquanto que a Educação Popular abrange um projeto político. A proposta, segundo Brandão (1981), não é fazer com que a Educação Popular adentre o espaço formal e perca seus aspectos políticos, mas, sim, absorver ideias que colaborem para uma prática pedagógica dentro da EJA, dando a esses sujeitos relegados ao campo marginalizado e desigual da sociedade modos que os levem a buscar a transformação social.

E de que modo isso é possível? Introduzindo os princípios adquiridos pela Educação Popular no momento da alfabetização, levando em consideração os saberes adquiridos na vida cotidiana desses sujeitos e suas experiências, sendo um espaço de questionamento e posicionamento. Cabe ressaltar que os desafios que se colocam não se remetem apenas às suas diferenças, mas também estão ligados ao(a) professor(a) da sala de EJA, por vezes em que ele(a) não compreende que a dimensão da educação vai muito além da sua mesa de trabalho, do seu pincel em mão e do livro didático – o que não o(a) culpo, pois muitas vezes a sua formação acadêmica não ultrapassa o campo de reflexão e ação da prática pedagógica, portanto não tem como ele entender a importância de não apenas transmitir o saber, mas, sim, de construí-los coletivamente.

Como apresentado por Pierro (2001), outra dificuldade de colocar dentro do espaço escolar formal uma proposta de Educação Popular é o da quantidade elevada de alunos(as) jovens presentes nas salas de EJA, o que já reiterei o que fora dito anteriormente, pois por quê só trabalhar essa perspectiva de educação com adultos, uma vez que os(as) jovens que também fazem parte da EJA foram encaminhados a este espaço devido o déficit nos seus índices educacionais – que acredito que não surgiram por si só, mas que se relacionam a diversos fatores sociais e pessoais.

Apesar das dificuldades que foram apresentadas de levar ao espaço formal os princípios da Educação Popular, ao meu ver é algo que não é tão difícil, uma vez que a relação dialógica, sendo base dos princípios da Educação Popular, já se torna suficiente para um pontapé inicial, sendo apenas necessário ouvir o que os(as) educandos(as) da EJA têm a falar o que se pode constatar nas falas dos alunos (as) entrevistados (as).

Suas experiências de vida e suas lutas cotidianas, permite que eles(as) se percebam sujeitos com as mesmas dificuldades e os (as) levem em direção a amorosidade, pois esta iniciativa contribui para o fortalecimento do sentimento de fraternidade e igualdade

ao se perceberem na história do(a) outro(a). E é este o momento que se torna fundamental o(a) professor(a) deixar o seu lugar de transmissor(a) de conhecimento e passar a ser mediador(a) desse diálogo, iniciando apenas com uma pergunta simples: por quê? E deste modo, o conhecimento vai surgindo, se desconstruindo, se desenvolvendo e sendo reconstruído de forma coletivo e dentro do espaço formal.

As dificuldades de se tentar algo novo sempre irão existir, mas se não houver tentativa jamais será possível saber se iremos perpassar o campo da alfabetização funcional dos alunos e alunas da EJA na qual os aprendizados que eles(as) venham a adquirir dentro desses espaços possam fazer deles críticos e sujeito pensantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a EJA em seus aspectos históricos e de políticas públicas permitiu que conseguíssemos adentrar no cenário da educação brasileira não somente na negação de direito, mas também permitiu que emergíssemos dentro do campo de negação a desigualdade social, que teve seu início ainda no período colonial e que se reflete até os dias atuais nas salas da EJA, onde homens e mulheres, em sua grande maioria, são negros(as) analfabetos(as) que foram privados de seu direito quando mais novos.

A EJA, infelizmente, ainda se trata de uma educação deficiente, com olhar assistencialista, não passando do campo de uma alfabetização funcional sendo esta não somente um posicionamento observado na teoria como também nas falas dos sujeitos pesquisado que a veem como um mero espaço na qual aprendem e nada tem a ensinar, porém é o que eles (as) consideram como suficiente para sua vida.

A exemplo do Movimento Negro que é pioneiro na luta pela educação e de Paulo Freire a Educação pode ser a ponte que leve as mudanças não só na vida do educando(a) que esta na sala de aula como também permite que tais mudanças alcance a estrutura desigual da sociedade, cujas proposta desenvolvidas visavam a alfabetização de Adultos para além do Funcional.

É nessa perspectiva que a Educação Popular tem grande relevância, pois possibilita meios através de suas práticas pedagógicas utilizando-se do seus princípios que levam os sujeitos desse espaço formal a alcançarem sua plena cidadania, uma tarefa que não é fácil, pois requer uma dedicação e atenção diária por parte do professor(a) em seu fazer docente, na qual só tive compreensão quando questioneei a realidade dos sujeitos pesquisados com a teoria estudada.

Ao retornar a problemática desta pesquisa: é possível, dentro do espaço formal em que transcorre a Educação de Jovens a Adultos, em suas propostas e práticas pedagógicas, um diálogo com a Educação Popular? E chego ao final deste trabalho com a resposta: sim, é possível! Considero como afirmativa no que diz a teoria e fazendo sua relação com a realidade. Primeiro, porque o projeto proposto pela a Educação Popular é baseada em uma educação emancipadora, de modo que levam os sujeitos ao lugar de transformadores sociais e de emancipação, pois os sujeitos estão aprisionados dentro de uma estrutura de sociedade desigual e precisam se libertar. Em segundo lugar porque é a relação com a realidade dos sujeitos pesquisados que tem em suas falas, mesmo que subjetivamente, aspectos que os(as)

levam ao entendimento que foram e ainda são participantes da classe excluída, sem a efetivação de uma cidadania plena.

No entanto o caminho viável para a efetivação de tal proposta pedagógica é pelo posicionamento político-pedagógico do(a) professor(a), devido ainda não ser considerada e nem reconhecida como uma Educação Formal o que a impossibilita de entrar nos currículos escolares. Cabendo ao(a) professor(a) em suas práticas pedagógicas um posicionamento crítico e reflexivo que parta da relação dialógica como fez Paulo Freire.

Uma responsabilidade que coloco para mim, enquanto futura pedagoga, de proporcionar a esses(as) educandos(as) uma educação que vá além da alfabetização funcional, comprometida com as suas realidades e que os possibilitem alcançarem sua plena cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIARDI, Delcio Antônio. **Percursos e trajetórias das políticas e práticas educativas de Jovens e Adultos: do direito a Educação a Diversidade**. Disponível em: <www.portalpedsul.com.br/.../Educação...Jovens.../06_43_48_268-7088-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. Disponível em: <xa.yimg.com/kg/grupos/16821721/76737339/name/Texto_1C.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. Disponível em: <ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Resolução nº 01/2000 da CEB/CNE, Brasília, DF.
- MEC. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, DF: INEP, 2014.
- DOMBOSCO, Cristiane Teresa. **A legislação educacional e o conceito de qualidade na Educação de Jovens e Adultos: princípios e orientações**. Disponível em: <www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/147>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- DOMINGUES, Petrônio. Um tempo de Luz: Frente Negra Brasileira(1931-1937) e a questão da Educação. **Revista Brasileira de Educação**. 2008, v. 13 Set/ Dez.
- FREIRE, Paulo. Educação e conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 36. ed. São Paulo: Paz Eterna, 2014. Cap. 4. P. 133-160.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de **Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Processos de Conscientização: intersecções na vida cotidiana**. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100005>. Acesso em: 21 jul. 2017.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 3, n. 15, p.134-158, set. 2000.
- MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza Arruda Almeida. **Educação de Jovens e Adultos: Contribuições de Paulo Freire**. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.
- MEDEIROS, Maria das Neves. **A educação de Jovens e adultos como expressão da Educação Popular: contribuição do pensamento de Paulo Freire**. Disponível em: <nead.>

[uesc.br/.../educacao jovens e adultos/.../artigo-a educacao de jovens e adult...>](http://uesc.br/.../educacao_jovens_e_adultos/.../artigo-a_educacao_de_jovens_e_adult...). Acesso em: 21 jun. 2017.

Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos - 1º Bloco. Belo Horizonte: Rede Minas, 2014. (19 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vOyWBZuMHBQ>>. Acesso em: 16 maio 2018.

PEREIRA, Dulcinea de Fátima Ferreira. Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.53-74, jan. 2007.

PIERRO, Maria Clara de. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p.1115-1139, out. 2005.

PIERRO, Maria Clara de; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300005>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: [files.pedagogiaunifeso.webnode.com.br/.../A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO...](http://files.pedagogiaunifeso.webnode.com.br/.../A_HISTÓRIA_DA_EDUCAÇÃO...)>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Geral, 2014.

SCHONARDIE, Paulo Alfredo. Educação Popular como política pública: análise crítica. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 37, 2015, Florianópolis. Capes, 2015. p. 1 - 17.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de **Conceitos de Educação em Paulo Freire**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2011.

ANEXOS**Anexo 1 – Perguntas Entrevista Semiestruturada**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

TEMA: RESGATAR PARA EJA OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR:

Demanda histórica e política para construção da cidadania

Nome: Antônia Flaiana Cabral da Silva Lima Matrícula: 2014300174

Orientador: Prof. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya

Entrevista com aluno (a) da Educação de Jovens e Adultos

Nome: _____

Idade: _____

Gênero: _____

Cor: _____

Estado civil: _____

Profissão: _____

- 1. Faz quanto tempo que frequenta a EJA?**
- 2. O que a EJA faz (ou fez) em sua vida e na vida de outras mulheres? Que faz com os homens?**
- 3. O que a/o fez parar os estudos quando tinha idade escolar?**
- 4. Quais foram as maiores dificuldades de acesso à escola ou da falta dela?**
- 5. Porque voltou a estudar?**
- 6. É participante de alguma associação comunitária, sindicato, outra organização? Quais as razões de participar ou não?**
- 7. Como sua história de vida a/o levou a valorizar o estudo na escola? Que situações de vida lhe marcaram?**
- 8. O que a EJA significa para você, como mulher?**
- 9. Algo a mais que gostaria dizer?**

Anexo 2 – Transcrição da Entrevista 1

Nome: J. E. P. De S.
Idade: 50 anos
Gênero: masculino
Cor: negro
Estado civil: solteiro
Profissão: motorista autônomo

Entrevistadora: Boa noite

Entrevistadora: Qual o nome do senhor completo?

Entrevistado(a): J. E. P. de S.

Entrevistadora: A idade?

Entrevistado(a): Cinquenta.

Entrevistadora: Gênero? Feminino, masculino?

Entrevistado(a): Masculino.

Entrevistadora: Estado Civil?

Entrevistado(a): É agricultura mesmo.

Entrevistadora: Casado, solteiro?

Entrevistado(a): Solteiro. É, nunca casei. É solteiro.

Entrevistadora: Como o Sr. se identifica com relação sua cor?

Entrevistado(a): É negro, né?!

Entrevistadora: A profissão? O senhor trabalha com que?

Entrevistado(a): Minha profissão é... eu trabalho de motorista, mas é pra mim mesmo.

Entrevistadora: Motorista né? No caso, motorista autônomo, não é isso?

Entrevistado(a): Sim.

Entrevistadora: Faz quanto tempo que o senhor frequenta a Educação de Jovens e Adultos?

Entrevistado(a): Tá com... vai fazer mais ou menos um ano e meio. Entrei no meio do ano passado.

Entrevistadora: O que a Educação de Jovens e Adultos fez ou faz na vida do senhor?

Entrevistado(a): Ah (...) muita coisa! Estou me sentindo muito bem, porque o meu nome, que eu não sabia assinar direito, eu já assino. Muitas coisinhas que é difícil de ler, eu já digo. Muitas coisinhas, né? Estou me sentindo muito bem mesmo.

Entrevistadora: O Senhor acha que a EJA mudou a sua vida pra melhor?

Entrevistado(a): Com certeza! Só em eu ver uma coisinha pequenininha que eu leio, menina! Ali pra mim já é uma alegria. As vezes eu fico até em dúvida, aí eu vou ler e fico em dúvida, aí pergunto minhas meninas se está certo, tá certo! Aí eu já fico mais alegre.

Entrevistadora: Pergunta só pra ter certeza, não é? (risos)

Entrevistado(a): É, pra ter certeza é.

Entrevistadora: Então, o senhor comentou anteriormente que resolveu repetir de ano, não foi isso? O que fez o senhor tomar essa decisão? Achou que não estava preparado?

Entrevistado(a): Isso. É, não estava preparado pra passar pra outra, né? Porque se a professora passasse alguma coisa na lousa, eu não ia saber direito, aí achei melhor eu repetir mesmo.

Entrevistadora: Mas o senhor pretende dar continuidade aos estudos?

Entrevistado(a): Quero sim! quero sim!

Entrevistadora: O senhor tem algum sonho de concluir o ensino superior?

Entrevistado (a): O meu sonho é só eu reparar uma coisa assim e ler bem rápido, pronto! É só isso mesmo; eu ver uma placa e uma coisa e ler bem rápido. Pronto, está bom demais pra mim (risos).

Entrevistadora: Sr. E., a gente sabe das dificuldades que existiu na época que o senhor era criança de se estudar, né?

Entrevistado (a): Com certeza.

Entrevistadora: Digo isso porque tive como exemplo os meus pais. Então o que fez parar os estudos naquela época?

Entrevistado (a): É porque naquela época era tão difícil. Lá em casa era muitos filhos, né? Aí tinha que trabalhar pra ajudar nossos pais, aí ficava difícil pra gente. Mas não foi tanto pelos meus pais, meus pais me botou pra estudar, mas foi eu que não quis, não liguei. Não ligava não. Queria era trabalhar mais eles, ajudar eles e de tarde brincar e não liguei. Eu não coloco culpa neles não, eles me botaram eu fui que não quis mesmo.

Entrevistadora: Mas o acesso à escola pro senhor na época, como era?

Entrevistado (a): Era mais difícil.

Entrevistadora: O senhor lembra de alguma dificuldade para ir a escola?

Entrevistado(a): Lembro! As dificuldade pra mãe da gente comprar um caderno, um lápis, uma borracha era uma dificuldade grande. Era muitos filhos, mesmo assim ela ainda comprava, agora a gente mesmo é que não quis, mas ela ainda comprava.

Entrevistadora: O senhor tem quantos irmãos?

Entrevistado(a): Nós era sete irmãos.

Entrevistadora: Quais foram as maiores dificuldades que o senhor encontrava de estar dentro da sala de aula?

Entrevistado(a): Dificuldade era que tinha pouca professora, era particular. Nós estudava acolá com professora particular num alto pra ali. A dificuldade era essa e da mãe da gente comprar as coisas pra gente estudar. nós estudava com um caderninho bem miudinho. (risos)

Entrevistadora: O senhor lembra se havia escola pública ou era só particular?

Entrevistado(a): Assim (...), tinha escola pública.

Entrevistadora: O que motivou o senhor a voltar a estudar?

Entrevistado(a): É porque eu trabalho de motorista, aí tem muitas placas, e sabe, né, que quem trabalha como motorista. Eu trabalho pra mim mesmo, mas tem uma ou outra placa nessas cidades que são todas sinalizadas, a gente precisa ler a placa pra saber onde está entrando, né? Se não tá entrando numa contramão, numa coisa, aí é isso que me incentivou a estudar e quero aprender se Deus quiser, (risos).

Entrevistadora: O senhor é participante de alguma associação comunitária? Algum sindicato ou algum outro tipo de organização?

Entrevistado(a): Sou. Pago sindicato. Vai fazer quatorze anos que pago sindicato dos trabalhadores aqui no município.

Entrevistadora: Mediante esse quadro político no Brasil, o senhor, como cidadão, o senhor acha que através da educação é possível se ter mudança?

Entrevistado(a): Com certeza, só o que pode trazer mesma mudança é a educação, né? Uma pessoa bem educada trás mudança mesmo.

Entrevistadora: Ainda falando de educação, o senhor acha certo esses movimentos que vão à luta, que buscam pelos seus direitos, por exemplo, os movimentos do sem terra que a gente sempre vê passando nos jornais, o senhor acha certo?

Entrevistado(a): É pra correr atrás dos seus direitos. É certo.

Entrevistadora: Em algum momento o senhor se sentiu privado de algum direito como a moradia, a educação, em algum momento na vida do senhor?

Entrevistado(a): Já sim, moradia de não ter onde morar. Sendo morador naquela época, a gente era morador daqueles sítios, daqueles patrão, né? Aí era ruim, viu? Pense! A pessoa era obrigado a irem trabalhar todos os dias com os pais da gente.

Entrevistadora: Como a história de vida do senhor contribuiu para sua valorização pela escola?

Entrevistado(a): É em estudar e está aprendendo umas coisinhas, né? Aí a gente vai praticando cada vez mais e achando bom.

Entrevistadora: Tem alguma situação que o senhor vivenciou na escola que lhe marcou?

Entrevistado(a): Aprender a assinar meu nome direitinho que eu não sabia assinar direito.

Entrevistadora: Quando o senhor entrou aqui o senhor não sabia?

Entrevistado(a): Não sabia direito não assinar o nome não. Agora já assino direitinho em todo canto, isso é uma alegria pra mim.

Entrevistadora: O que a EJA significa pro senhor?

Entrevistado(a): Ah! Coisa boa, viu? É sim, muita coisa boa pra mim significa tudo.

Entrevistadora: Tem alguma coisa a mais que o senhor queria dizer?

Entrevistado(a): Rapaz! O que eu queria dizer era só, como é que a gente diz... elogiar minhas professoras que estudei com elas. Ar Maria! Através de Deus e elas que eu já aprendi umas coisinhas.

Entrevistadora: Retornando a uma pergunta anterior, o senhor pretende dar continuidade aos estudos?

Entrevistado(a): Com certeza! eu não quero parar agora não. Só quando eu tiver lendo bem mesmo.

Entrevistadora: Sr. E., obrigado e foi um prazer retornar aqui e ter essa conversa com o sr., que com certeza vai ajudar bastante em minha monografia, tá bom? Muito obrigado.

Anexo 3 – Transcrição da Entrevista 2

Nome: A. F. P. da S.

Idade: 43 anos

Gênero: Feminino

Cor: negra

Estado civil: solteira

Profissão: Costureira

Entrevistadora: Boa noite, qual o nome da senhora?

Entrevistada(o): A. F. P. da S.

Entrevistadora: Qual a idade da senhora?

Entrevistada(o): Quarenta e três.

Entrevistadora: Gênero? Feminino ou Masculino?

Entrevistada(o): Feminino.

Entrevistadora: Estado civil? Casada, solteira...?

Entrevistada(o): Mulher, coloca solteira.

Entrevistadora: Como a senhora se identifica com relação a sua cor da pele?

Entrevistada(o): Qual minha cor?

Entrevistadora: Sim, qual a cor que a senhora se identifica?

Entrevistada(o): Negra.

Entrevistadora: A senhora trabalha com o que?

Entrevistada(o): Vixe... eu trabalho com tanta da coisa!

Entrevistadora: Pode falar sem problema nenhum (risos)

Entrevistada(o): Trabalho com conserto de roupa. Tenho uma lojinha...

Entrevistadora: Coloque costureira?

Entrevistada(o): Pode colocar.

Entrevistadora: Pode falar o que mais a senhora faz.

Entrevistada(o): Faço arranjo, faço coroa, de tudo faço um pouco... faço lembrancinha pra chá de fralda.

Entrevistadora: Nesse momento, dona F., vou começar com as perguntas, sinta-se à vontade pra falar o que a senhora quiser, está bom?

Entrevistadora: Quanto tempo que a senhora frequenta a EJA? Educação de Jovens e Adultos.

Entrevistada(o): Dois anos. É que ano passado ninguém não quis... a gente quis repetir, aí são dois anos com esse.

Entrevistadora: Qual o motivo da senhora ter resolvido repetir?

Entrevistada(o): Porque eu achava que eu não tinha capacidade de passar.

Entrevistadora: Como? Na escrita? Na leitura?

Entrevistada(o): Em tudo! Eu achava que eu não acompanhava, então achei melhor repetir de que você ir pra um canto sabendo que não vai acompanhar.

Entrevistadora: O que a senhora acha que a Educação de Jovens e Adultos fez pra senhora? (o celular da entrevistada toca, digo que caso queira atender fique à vontade, porém ela não quer diz não conhecer o numero e desliga. Há uma quebra no diálogo). Repito a pergunta.

Entrevistada(o): Mudou muita coisa.

Entrevistadora: Em que sentindo?

Entrevistada(o): Assim... porque a gente se acha tão estressada dentro de casa e quando a gente chega na sala tem mais com quem conversar. A gente já sai muito melhor do que está só dentro de casa, viu fia? Junta o estresse do dia todinho e emenda pela noite e a gente não sai nem um pouquinho. E ter com quem conversar de noite é melhor.

Entrevistadora: E a senhora viu na EJA uma possibilidade também...?

Entrevistada(o): De aprender, porque durante o dia você não tem capacidade

Entrevistadora: Por que a senhora acha que não tem capacidade?

Entrevistada(o): Fia, é porque os alunos do dia não querem nada não, só querem bagunçar. Aqui tem aluno que não quer nada na vida, só que bagunçar.

Entrevistadora: E assim dona F., o que a fez parar os estudos na época que senhora era criança?

Entrevistada(o): Porque eu não pude estudar, porque eu sofri um acidente fiquei só com um olho, não enxergava direito, e também porque os meninos ficavam mangando, aí eu também não fui mais estudar.

Entrevistadora: A senhora lembra se tinha alguma dificuldade para estudar na época? Digo, no sentido de que meus pais não tiveram oportunidade de estudar na época quando criança, devido a diversas dificuldades, como questões financeira, entre outros.

Entrevistada(o): Não. Eu morava antigamente no pau branco e tinha colégio, mas aí depois que eu sofri o acidente não quis ir mais.

Entrevistadora: A senhora sofreu o acidente com quantos anos?

Entrevistada(o): Com cinco anos. Aí eu disse que não ia mais e não fui mais, porque logo no começo meu olho ficou fechado e eu não podia botar prótese, aí os meninos ficavam mangando, aí não fui mais.

Entrevistadora: Quais as maiores dificuldades que a senhora teve em não ter frequentado a escola?

Entrevistada(o): Eu não tive muita dificuldade, não, porque meu nome eu aprendi sozinha em casa. O alfabeto quase todo eu aprendi sozinha em casa

Entrevistadora: Estudando sozinha?

Entrevistada(o): Sim, aprendi tudo isso em casa, estudando sozinha. Matemática eu aprendi sozinha.

Entrevistadora: A senhora utiliza esses cálculos e leitura no dia a dia?

Entrevistada(o): Todo dia, principalmente a matemática. Todo dia porque eu tenho uma lojinha e todo dia eu saio pra cobrar, aí todo dia eu presto conta com matemática.

Entrevistadora: A senhora hoje tem facilidade?

Entrevistada(o): Tenho.

Entrevistadora: O que motivou a senhora estudar?

Entrevistada(o): Porque eu quero aprender mais coisa.

Entrevistadora: Aprender em que sentido? O que aprender significa pra senhora?

Entrevistada(o): Muita coisa

Entrevistadora: A senhora acha que vai conseguir conquistar muita coisa através da educação?

Entrevistada(o): Muita coisa

Entrevistadora: A senhora acha que tem algumas dificuldades por não ter tido a educação na idade certa?

Entrevistada(o): Tenho dificuldade. Às vezes misturo as letras o M com N.

Entrevistadora: Dona F., mediante o quadro político no Brasil, questões políticas e de movimentos que passam nos jornais... A senhora assiste jornal?

Entrevistada(o): Assistio sim.

Entrevistadora: A senhora, enquanto cidadã, percebe a negação de alguns direitos à senhora? Questão de saúde, educação?

Entrevistada(o): De saúde nem tanto, porque pra onde eu vou eu procuro mais o particular, porque se eu chego num hospital desse daqui sobre o problema do meu olho, nada é resolvido, porque não tem remédio, não tem médico, então tudo é pago.

Entrevistadora: A senhora, Dona F., participa de alguma associação comunitária ou sindicato?

Entrevistada(o): Não, participo de nada não.

Entrevistadora: Como a história de vida da senhora fez com que a senhora valorizasse o estudo na escola? Sua história de vida, lutas diárias.

Entrevistada(o): É porque eu botei uma lojinha e depois que botei essa lojinha me deu vontade de voltar a estudar, porque quebra muito cabeça viu, fia? De sair cobrando, de anotar peça por peça que entra, o que entra em dinheiro o que sai, tudo tem que ser anotado.

Entrevistadora: O que a EJA significa pra senhora, enquanto mulher?

Entrevistada(o): Não entendi. Como assim?

Entrevistadora: Por exemplo, o que a EJA, ou melhor, Educação de Jovens e Adultos representa pra senhora?

Entrevistada(o): Representa muita coisa.

Entrevistadora: A senhora pode me dar um exemplo?

Entrevistada(o): Porque alguns anos atrás não existia isso, né? Não tinha como um senhor e uma senhora estudar de noite porque durante o dia não tem tempo, é muito corrido. Agora muita gente está aprendendo através da EJA. Á noite que tem mais tempo, pode entrar até mais tarde, até às seis e meia ou seis e quarenta pra quem trabalha.

Entrevistadora: E o que leva a senhora depois de um dia cansativo de trabalho deixar tudo em casa e vir pra aula?

Entrevistada(o): Eu saio de casa às quatro horas pra ir cobrar, aí vou cobrar, vou entregar concerto de roupa. Quando eu venho seis e meia já fico aqui.

Entrevistadora: A senhora mora aqui mesmo nas proximidades?

Entrevistada(o): Sim.

Entrevistadora: Tem alguma coisa a mais que a senhora gostaria de dizer?

Entrevistada(o): Não.

Entrevistadora: Obrigada então, Dona F.

Anexo 4 – Transcrição da Entrevista 3

Nome: J. E. P.

idade: 42 anos

Gênero: Masculino

Cor: Negro

Estado civil: Casado

Profissão: Agricultor

Entrevistadora: Boa noite, qual o nome do senhor?

Entrevistado(a): J. E. P.

Entrevistadora: Idade?

Entrevistado(a): 42 anos.

Entrevistadora: Gênero? Masculino ou feminino?

Entrevistado(a): Masculino.

Entrevistadora: Estado civil? Casado, solteiro...?

Entrevistado(a): Casado.

Entrevistadora: O senhor trabalha com que?

Entrevistado(a): Eu trabalho em agricultura, eu trabalho em um caminhão colocando lenha para Fortaleza.

Entrevistadora: Como o senhor se identifica em relação a cor da pele?

Entrevistado(a): A cor da pele? Como assim?

Entrevistadora: Branco, negro, pardo, amarelo...

Entrevistado(a): Negro

Entrevistadora: agora vamos iniciar as perguntas viu Sr. E... Sinta-se à vontade para respondê-las. Faz quanto tempo que o senhor frequenta a EJA, Educação de Jovens e Adultos?

Entrevistado(a): Faz pouco tempo. Eu comecei agora, está com uns quatro meses só.

Entrevistadora: O que fez o senhor procurar a Educação de Jovens e adultos?

Entrevistado(a): É por causa que eu já tinha estudado aqui já em 2012, mas só que eu desisti e ate me arrependi, porque teve uns colegas meus que aprenderam, aí eu tenho vontade de aprender, mas aí eu desisti. Aí agora disseram que estava ensinando, aí eu disse: não, agora eu vou continuar de novo e não vou desistir mais não! Aí eu até falei pra ela (professora) que eu

trabalho no caminhão às vezes seis e meia, sete horas ainda estou em Fortaleza. Aí eu perguntei pra ela, porque a aula é seis e meia, se eu chegar até sete horas se eu poderia vir. Ela disse que não tinha problema, não, que eu podia vir. Mas é assim, tem dia que eu passo dois ou três dias sem vir porque no horário ainda estou em Fortaleza ou no mato carregando caminhão, desse jeito. Quando eu estou de folga, eu não perco, não. Eu venho. Logo eu sou evangélico, aí preciso muito do meu estudo pra ler a bíblia, né? Louvar.

Entrevistadora: O que a Educação de Jovens e Adultos fez ou faz na vida do Senhor?

Entrevistado(a): Educação de Jovens? (parece não compreender o espaço que está dúvidas na hora).

Entrevistadora: Sim, é a sala em que o senhor estuda. O que representa pro senhor?

Entrevistado(a): Rapaz! Representa bondade, né, pra mim?! Que se eu não tivesse continuado estava me sentindo um “burro”, e agora já peguei um bocado de coisinha, já sei escrever meu nome, assim ligeiro não, mas desenrolei poucos dias. Eu estou estudando, aí eu já nessa idade já escrevo meu nome já.

Entrevistadora: O senhor acredita que a através da educação é possível transformar o mundo?

Entrevistado(a): Rapaz, transforma, viu? Transforma.

Entrevistadora: De que maneira?

Entrevistado(a): Porque um cara burro não vai pra nenhum canto e a pessoa mais entendida eu acho que já melhora mais, né?

Entrevistadora: A condição de vida?

Entrevistado(a): Com certeza

Entrevistadora: Sr. E. o que fez o senhor parar os estudos?

Entrevistado(a): Porque eu desisti, não! Quando eu era criança, eu morava em cima da serra, porque eu sou serrano, aí nessa época meu pai não tinha condições de vir deixar no colégio, que era muito longe. Aí também a gente não sabia nem o que era colégio na época, aí a gente não estudou, logo ficava muito difícil pra gente descer da serra pra estudar. Quando eu desci da serra já tinha uns 10 anos, aí pronto! Minha mãe faleceu, aí, pronto! Foi tudo por água a baixo, não tinha mais como ir pro colégio não.

Entrevistadora: O senhor acha que o estudo fez e faz falta pro senhor?

Entrevistado(a): Com certeza! O estudo na minha vida é uma parte que fez muita falta na minha vida, acredita? Porque se eu tivesse tido estudo, eu acho que eu era outra pessoa e mais não foi culpa do meu pai, ou melhor dos meus pais. Não foi culpa, porque se fosse que nem hoje que é fácil da gente estudar eu poderia ate culpar eles, mas não, foi eu sei que não foi,

que nessa época era difícil mesmo os colégios, a gente morava na serra, aí ficava difícil. Agora, hoje não! Tudo é mais fácil, o colégio é em cima de casa. Se não for, tem ônibus, tem moto, tem bicicleta o negócio se torna mais fácil.

Entrevistadora: Quais foram as maiores dificuldades que o senhor teve pra ter acesso a escola, quando teve oportunidade?

Entrevistado(a): Acho que foi só falta de interesse meu, nessa hora aí foi falta de interesse. É que nem eu falei pra senhora; em 2012 eu estudei aqui e a professora era até prima da minha mulher, só que eu desisti, eu não estudei nem dois meses e desisti. Aí me arrependi, porque tem uns colegas meus que aprenderam desenrolaram e eu comecei agora, comecei do zero agora, é desse jeito.

Entrevistadora: Sr. E. P., o senhor assiste jornais? O senhor percebe os problemas que estão na sociedade como direito à educação, direito à saúde, o senhor acha certo irmos às lutas por essas garantias?

Entrevistado(a): Direito à justiça. Eu não acho certo essa falta, não, porque eu acho que era pra gente ter um pouco mais de direito, pois a gente paga os impostos da gente e a gente não vê o direito que a gente tem.

Entrevistadora: O senhor é participante de alguma associação comunitária, de algum sindicato ou de alguma associação na comunidade?

Entrevistado(a): Não.

Entrevistadora: E qual o motivo que fez o senhor voltar a estudar?

Entrevistado(a): Oi? Não entendi.

Entrevistadora: Por que o senhor resolveu voltar a estudar?

Entrevistado(a): Por causa que eu estava numa Assembleia (igreja), e as pessoas dão muita oportunidade pra louvar, às vezes ler a bíblia. Aí isso aí já me faz falta, porque essa parte já não tenho. Aí o meu interesse foi esse, porque eu sou evangélico. Está com mais de cinco anos que eu sou evangélico, aí eu disse: agora vou pegar oportunidade.

Entrevistadora: Me fala um pouco como foi sua história de vida desde a infância até agora, adulto, que fez o senhor valorizar a escola.

Entrevistado(a): O que fez eu valorizar a escola? Porque eu vi que a pessoa sem estudar, a pessoa é um animal, né? Porque até pra pessoa pegar um ônibus tem que pedir favor aos outros. A pessoa não sabe ler, aí vai pra Fortaleza, não sabe qual é o ônibus pra ir ou quando vem pra cá quando a pessoa está no Centro. Aí eu acho que meu interesse foi devido a isso aí, o motivo pra mim ter voltado pro colégio foi esse daí. Porque também tem um pessoal meu

que mora em Fortaleza, aí pra mim ir sei ate o Centro, né? Mas já eu me perco, aí a pessoa já ter um estudo já desenrola.

Entrevistadora: O que a Educação de Jovens e Adultos significa para o senhor?

Entrevistado(a): Ah! Muita coisa, muita coisa.

Entrevistadora: Me dá um exemplo?

Entrevista(o): Como eu disse pra senhora, eu acho uma bondade o que as pessoas fizeram pra pessoa está estudando, uma bondade. Porque já que a gente não teve chance quando a gente era pequeno, está tendo essa chance agora, né?

Entrevistadora: Mesmo nós sabendo da correria que é nosso dia a dia, o senhor tem motivação pra esta em sala de aula.

Entrevistado(a): Sim.

Entrevistadora: Tem alguma coisa mais que o senhor gostaria de dizer?

Entrevistado(a): Não, não.

Entrevistadora: Então senhor E., agradeço. E foi um prazer conhecer o senhor.